



ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Sustentável e Ambiente

Resíduos Sólidos Urbanos e Espaço Público

VALENTE, Susana
Doutoranda Ciências Sociais
ICS-UL
valente.susana@gmail.com

Resumo

No âmbito de um projecto de investigação-acção - SEPARA® - *Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)* - pretendia-se conhecer os factores sociais que influem na adesão à prática da separação de RSU e desenvolver um modelo de acção para a mudança de comportamentos a esse nível.

A pesquisa desenvolvida - recorrendo a um conjunto de metodologias quantitativas e qualitativas articuladas entre si - conduziu à identificação de vários factores que promovem ou inibem a adesão à separação dos RSU na esfera doméstica. A presente comunicação tem como objecto a análise de um dos factores que se revelou da maior importância: a necessidade de um espaço público qualificado.

A existência de infra-estruturas adequadas à separação é um elemento incontornável para favorecer a mudança de comportamentos, mas não se pode desprezar, bem pelo contrário, o estado de conservação e limpeza dos próprios Ecopontos, nem o espaço público onde se inserem.

Os Ecopontos (e a sua envolvente mais imediata) podem ser de tal modo repulsivos que induzam justamente a uma conduta de distância e de desresponsabilização pelo lixo que cada um produz. No entanto, não se trata apenas do estado e da condição dos Ecopontos; há ainda que ter em conta que estas infra-estruturas estão inseridas num espaço público mais vasto, espaço esse que influencia as práticas públicas, entre elas, a deposição do lixo.

Neste contexto, o conjunto dos resultados obtidos aponta para uma relação entre a (in)satisfação residencial e a prática da separação. Com efeito, em situações onde os problemas da sujidade e desleixo são muito sentidos pelos residentes, a tendência é para uma mais fraca taxa de separação. A insatisfação residencial provocada pelos problemas de desordenamento, desmazelo e abandono do espaço público (falta de estacionamento, de espaços verdes, de organização urbana e de limpeza), revela-se, assim, pouco favorável à separação de RSU. Acresce que essa insatisfação reflecte e, simultaneamente, se associa quase sempre com a ausência de vivência quotidiana local.

Em contrapartida, um território qualificado promove a identidade do lugar e potencia a sua apropriação pelos residentes, permitindo a conservação das infra-estruturas e contribuindo para o civismo e para a cidadania. Assim, o bem-estar residencial articula-se ao exercício das funções residenciais directamente articuladas à casa (serviços e acesso a bens de consumo de primeira necessidade, incluindo o estacionamento como prolongamento da casa), à rede de parentesco e amizade (convívio social) e à disponibilização de espaço público "familiar" (praça, comércio, espaços verdes). Estes factores de qualidade e respeitabilidade do espaço público contribuem para uma maior predisposição para separar.

Uma política de reabilitação e de requalificação da dimensão pública dos espaços passa por elementares cuidados de arranjo urbanístico em redor dos edifícios até à sofisticada qualidade do design dos EP. Passa igualmente pela salvaguarda das funções residenciais activas que tornam os locais frequentáveis: se houver rua, praça, esplanada, lojas, jardins constroi-se espaço público, sendo possível mobilizar e envolver as populações no sentido da qualificação do seu quotidiano, através de um sentimento de pertença ao local.

Nos casos em que esses aspectos estão descuidados a rua funciona como lugar de lixo. Nos casos em que o espaço público se torna um prolongamento colectivo da habitação de cada um, a rua passa ser um bem colectivo e quando bem tratado as pessoas reconhecem-no como uma mais-valia e tendem a mantê-lo limpo.

Palavras-chave: ambiente; espaço público; resíduos sólidos urbanos; participação pública





1. Enquadramento

O projecto de investigação-acção - SEPARA® - *Sensibilização e Mudança Comportamental* Relativamente à *Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos* (RSU) foi desenvolvido pelo Centro de Estudos de Economia, Energia, Transportes e Ambiente (CEEETA) e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)ⁱ para a TRATOLIXO, EIMⁱⁱ, ao longo de 3 anos.

A empresa gestora de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) tinha desenvolvido um Plano Estratégico de Resíduos baseado na realização de um conjunto de investimentos em soluções de tratamento de resíduos, com o objectivo de maximização da reciclagem de materiais. Para o sucesso de concretização das metas previstas revelava-se insuficiente o investimento tecnológico e em infra-estruturas, tornando-se claro que neste caso era decisivo a adesão da população residente na AMTRES às práticas da separação de RSU.

Tendo este cenário como ponto de partida desenhou-se um projecto que pretendia dar resposta a um conjunto de objectivos que se colocam a vários níveis: (1) o objectivo operacional ao nível das metas de separação no sentido de concorrer para o aumento da quantidade e qualidade da separação selectiva de RSU; (2) objectivos que se colocam ao nível da formação e do envolvimento da população, aumentando os conhecimentos e as boas práticas de separação das populações através da aplicação dos resultados da pesquisa numa base de *community-based research* (Pereira e tal., 2006); e (3) objectivos ao nível do conhecimento, procurando identificar-se os factores/condições sociais que influem no sucesso (ou insucesso) das políticas RSU, em geral, e da separação, em particular. No âmbito deste terceiro nível de objectivos era essencial identificar formas de agilizar os processos de mudança de comportamentos da população relativamente aos RSU (Crêdoc, 2002).

O projecto SEPARA® apresenta um carácter exploratório e pioneiro no sentido de produção de conhecimento consistente sobre uma realidade social caracterizada pela ausência de informação sistematizada e, simultaneamente, por uma falta de articulação institucional dos actores relevantes para a problemática da separação de RSU. Concretamente, no que diz respeito à área abrangida pela AMTRES, foi necessário começar por efectuar um levantamento de base sobre a relação da população com a separação dos RSU. Por seu turno, o modelo de actuação preconizado para a mudança comportamental é inovador - associando a transmissão directa de informação e sensibilização com a dinamização de actores locais - em particular num contexto social em que a resolução dos problemas é perspectivada como uma simples imposição de normas ou restringe-se a uma atitude tecnocrata fechada como se basta-se a realização de investimentos avultados de carácter tecnológico e infra-estrutural.

Com o desenvolvimento deste projecto foram identificados vários factores sociais que favorecem uma maior adesão da população à separação, nomeadamente a importância de um modelo comunicacional com consistência, regularidade e interacção directa, em que a definição de uma estratégia de comunicação comum na área da AMTRES é essencial para que a população seja informada de forma fácil e sem contradições.

Acrescente-se a revelação clara da necessidade de apostar em formas inovadoras de “informação participada e personalizada” para que a mudança de comportamentos se efective, através de um acompanhamento directo capaz de dinamizar os processos de conhecimento associados à mudança de comportamentos e activar dinâmicas de participação.

Também a qualidade dos espaços públicos emergiu como um factor que condiciona positiva ou negativamente a adesão a práticas “preferenciais” de separação de RSU nos 4 concelhos em estudo. A qualificação do espaço público revelou-se crucial, tanto ao nível de equipamentos para a separação, como na sua articulação com as possibilidades de usufruto e vivência social no quotidiano. É sobre a análise deste factor que a presente comunicação se vai debruçar.



2. Abordagem ao campo e metodologias

A abordagem ao trabalho de campo implicou uma consciência muito forte de que mudar comportamentos é uma acção complexa e morosa. Isso conduziu, por um lado, a uma visão de longo prazo relativa aos impactos sociais que o projecto poderia ter (para além da sua duração operacional) e, por outro lado, ao recurso a uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas, com o objectivo de obter uma visão mais integrada dos comportamentos face à recolha selectiva de RSU. Os principais instrumentos de pesquisa utilizados foram: observação directa, entrevista aprofundada e inquérito por questionário.

Foi desenvolvida uma metodologia de investigação-acção com vista a uma sensibilização para a mudança de comportamento relativa à separação de RSU, com as componentes de recolha, tratamento e análise de informação e, simultaneamente, com as componentes de transmissão de informação, formação e estímulo para a acção de públicos-alvo, seleccionados em bairros específicos correspondentes a diferentes tipologias sócio-económicas-urbanísticas. Numa primeira fase (Novembro 2004 – Abril 2006) o projecto teve um carácter exploratório e experimental em 6 zonas-tipo previamente seleccionadas nos quatro concelhos AMTRES, cujos resultados vão ser o principal enfoque desta comunicação (Schmidt et al., 2006b).

A escolha das zonas-tipo foi efectuada utilizando as tipologias sócio-urbanísticas definidas pelo INE para a AML (com informação base a partir do Censo de 2001) e tendo em conta o perfil das populações-alvo em função da diversidade dos concelhos da AMTRES (quadro 1).



 <p>R. Dr. Manuel de Arriaga</p>	<p>URBANO CONSOLIDADO</p> <p>Concelho: Cascais Subsecção: Carcavelos</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Núcleos habitacionais antigos (edifícios com mais de 50 anos), Idade média da população mais de 48 anos</p>
 <p>Rua Rui Grácio</p>	<p>SUBURBANO NOVO</p> <p>Concelho: Sintra Subsecção: Mercês (Algueirão-Mem Martins)</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Núcleos habitacionais recentes junto de vias de comunicação rodovias e ferroviárias, com forte dependência funcional de Lisboa, elevada densidade populacional, população em idade activa, casais jovens com filhos, residentes recentes (menos de 5 anos)</p>
 <p>Largo Frederico de Freitas</p>	<p>SUBURBANO QUALIFICADO</p> <p>Concelho: Oeiras Subsecção: Carnaxide</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Nível de vida acima da média, condições de habitabilidade com indicadores de conforto, habilitações académicas elevadas, ocupação sobretudo no sector terciário</p>
 <p>Av. 25 de Abril</p>	<p>SUBURBANO DESQUALIFICADO</p> <p>Concelho: Sintra Subsecção: Mira-Sintra</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Junto às principais vias ferroviárias, acesso a Lisboa através de transportes públicos, primeira vaga suburbana nos anos 60, edifícios de meia-idade, má construção, em altura (mais de 7 alojamentos)</p>
 <p>R. da Boa Esperança</p>	<p>PRECÁRIO</p> <p>Concelho: Cascais Subsecção: Outeiro de Polima (S. Domingos de Rana)</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Populações afectadas por processos de exclusão social, com profissões socialmente desvalorizadas, edifícios degradados, pequena dimensão e baixos índices de conforto</p>
	<p>RURAL</p> <p>Concelho: Mafra Subsecção: Cheleiros</p> <p>CARACTERÍSTICAS DOMINANTES: Edificado disperso, habitações unifamiliares, operários e trabalhadores do sector primário</p>

Quadro 1 – Zonas-tipo seleccionadas



O primeiro contacto com as diversas realidades locais foi efectuado através da observação directa dos Ecopontos (EP). Para este efeito foi desenvolvida uma grelha de observação directa sobre o espaço público onde o EP se encontra inserido e sobre os seus utilizadores-tipo (quadro 2).

<p>URBANO CONSOLIDADO - CARCAVELOS</p>	<p>SUBURBANO NOVO – MERCÊS</p>
	
<p>SUBURBANO QUALIFICADO - CARNAXIDE</p>	<p>SUBURBANO DESQUALIFICADO – MIRA SINTRA</p>
	
<p>PRECÁRIO – OUTEIRO DE POLIMA</p>	<p>RURAL - CHELEIROS</p>
	

Quadro 2 – Ecopontos observados nas zonas-tipo seleccionadas

A observação abrangeu 6 EP nas zonas-tipo seleccionadas e decorreu durante 12 horas por dia, ao longo de uma semana em cada zona-tipo. Paralelamente, era efectuado um inquérito de rua aos separadores que utilizavam os EP em observação. A observação directa permitiu conhecer as rotinas e o perfil da população que já faz separação de RSU, compreender empiricamente as vantagens e as dificuldades do actual



sistema de EP - incluindo os do espaço público envolvente - e ainda delinear directrizes para uma recolha selectiva mais eficiente.

No que concerne aos dados apresentados nesta comunicação, para além da observação directa referida, a análise irá centra-se nos resultados do inquérito por questionário, inquérito esse com um forte carácter de intervenção (com a transmissão de informação directa sobre separação de RSU). O inquérito porta-a-porta foi aplicado a uma amostra representativa das 6 zonas-tipo, tendo abrangido 384 inquiridos pela equipa SEPARA® (Schmidt et al., 2006a).

3. Espaço público e separação de RSU

O conjunto dos resultados obtidos durante o trabalho desenvolvido, sobretudo através da observação directa e do inquérito de intervenção, aponta para uma relação entre a (in)satisfação com o espaço público do local de residência e a prática da separação.

No sentido de apresentar um conjunto de dados que se conjugam para explicar esta articulação, começamos por apresentar resultados relativos ao grau de satisfação com o local de residência e o espaço público, fazendo depois um enfoque no EP enquanto equipamento inserido nesse espaço público e que, de algum modo, reflecte a dinâmica social de cada zona estudada, seja através do seu uso, seja através do seu estado de limpeza e conservação.

3.1. Local de residência e espaço público

Ao solicitar aos inquiridos que indicassem quais as características da sua zona de residência, verifica-se que as características dos locais mais vezes referidas, foram: “zona tranquila/sossegada”, “zona de fácil acesso” e “zona com bom ambiente de vizinhança” (todas com valores na ordem dos 80%).

Em contrapartida, as maiores carências são a ausência de “espaços verdes” e a ausência de “lugares de convívio” (mais de metade dos inquiridos indica estas ausências). Se perspectivarmos em conjunto estas duas carências com as questões da “limpeza” e da “organização”, encontram-se aqui indicadores de avaliação da qualidade da zona de residência que reflectem uma certa falta de ordenamento urbano sentida por parte dos residentes nestas zonas (figura 1).

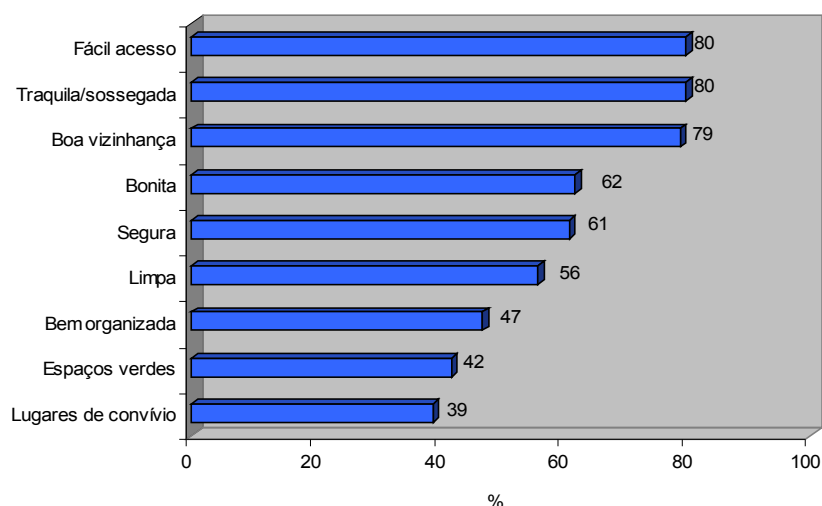


Figura 1 – Indicadores de avaliação da zona (N= 384)

Tendo em consideração os diferentes locais em análise no que diz respeito à limpeza da zona verifica-se que Mira-Sintra (desqualificado) é o local em que maior percentagem afirma que a zona é “limpa”, seguindo-se Carnaxide (qualificado) e Cheleiros (rural). Caracavelos (consolidado), mas sobretudo nas Mercês (novo), é onde menos limpeza existe. É interessante verificar que os sítios onde menor percentagem de pessoas refere a presença de “limpeza” da sua zona são também onde a “organização” é menos assinalada. Em Carcavelos, 76% daqueles que consideram que a zona “não é limpa” também consideram que “não é organizada”; nas Mercês, essa percentagem sobe para 79%. Organização, limpeza e estética estão, pois, associadas entre si.

A análise agregada destes indicadores conduz a 3 níveis de “avaliação da zona” – “fraca” (0-3 indicadores de qualidade), “mediana” (4-6 indicadores) e “boa” (7-9 indicadores). No conjunto, 40% faz uma “boa” avaliação do local onde vive, 37% uma avaliação “mediana” e 23% uma avaliação “fraca”. Em função dos locais observados, as realidades são distintas, realçando-se o cariz positivo dos habitantes em Cheleiros (rural) e Mira-Sintra (desqualificado) e o ênfase negativo no caso dos habitantes das Mercês (novo) (figura 2).

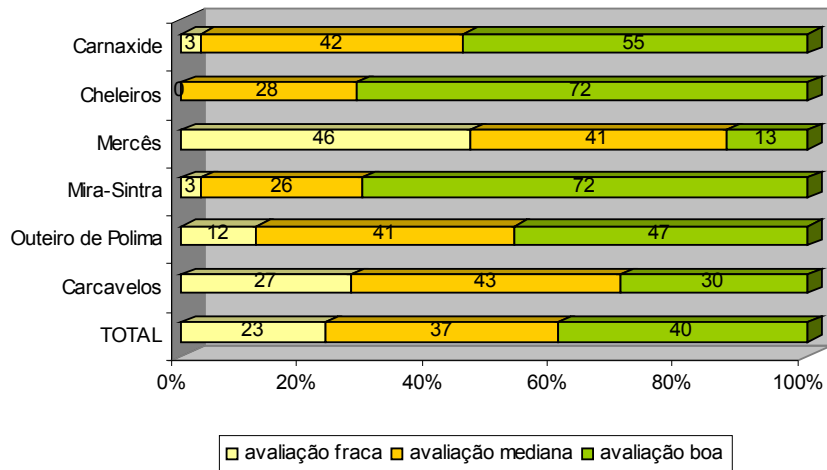


Figura 2 – Grau de avaliação das zonas-tipo (N= 384)

Para além desta avaliação da zona de residência feita através da existência ou ausência de certas características, no âmbito da presente pesquisa interessava perceber - ainda que de forma genérica - o grau de identidade ou de pertença com o local de residência. Assim, por um lado, procurámos avaliar o grau de “vivência da zona” através de uma pergunta sobre a frequência de um conjunto de actividades quotidianas locais e, por outro lado, perceber a dimensão de envolvimento cívico com o local através de uma bateria de questões em torno da participação em actividades locais.

As actividades mais comuns entre os habitantes dos diferentes locais, no seio das zonas onde vivem, são: “despejar o lixo/ir ao EP” (89%); “comprar bens de 1ª necessidade” (79%); “recorrer a serviços” (71%) (figura 3).

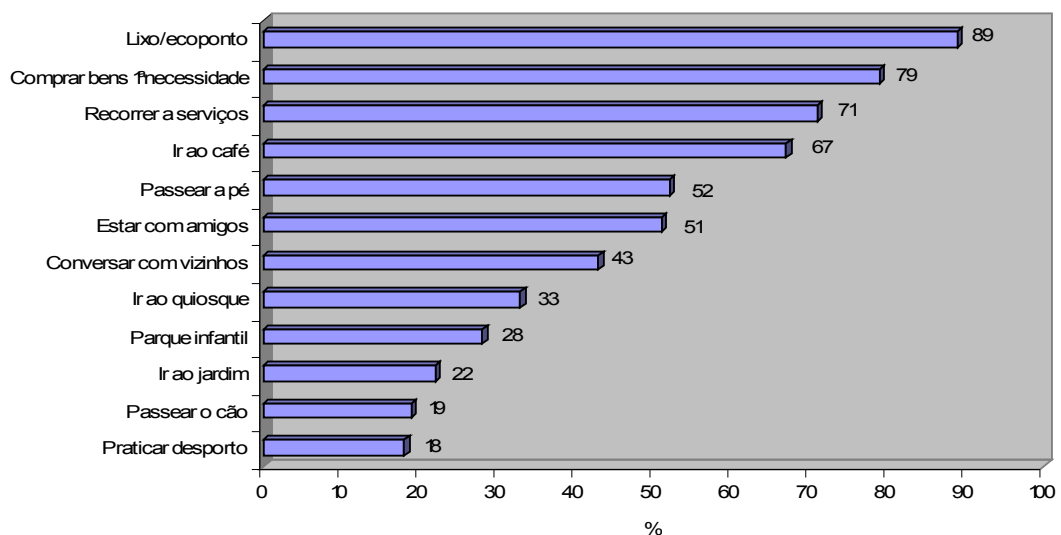


Figura 3 – Vivência na zona (N= 384)



Com base nas actividades que a pessoa assinalava como as que costuma fazer na sua zona de residência, construiu-se uma escala de “vivência da zona” - “vivência fraca” (0-4 actividades), “vivência razoável” (5-8 actividades) e “vivência forte” (9-12 actividades). Verifica-se que estamos perante uma amostra em que 55% dos inquiridos têm uma “vivência razoável” do local onde residem, 31% uma “vivência fraca” e apenas 14% uma “vivência forte” (figura 4).

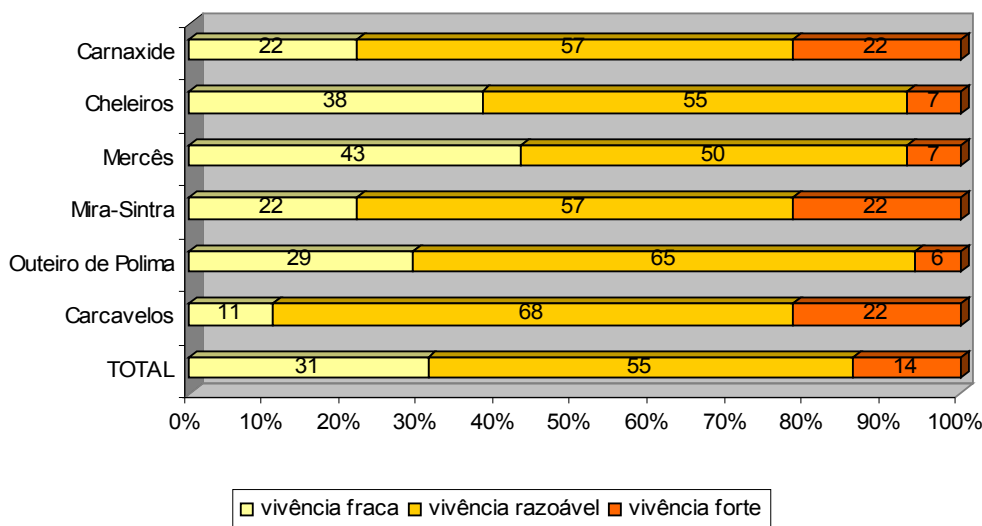


Figura 4 – Grau de vivência nas zonas-tipo (N= 384)

Descortinando o que se passa local a local, conclui-se em primeiro lugar que a maioria das pessoas de todos os locais, tem uma vivência “razoável” na zona. Destaca-se as Mercês (novo) por se tratar do local com maior percentagem de casos de “vivência fraca” (43%), o que remete para o facto de também ser o local onde havia uma maior percentagem de casos de “avaliação fraca”.

Por seu turno, verifica-se genericamente uma baixa participação em actividades locais por parte dos inquiridos da amostra, o que está de acordo com os indicadores e estudos nacionais nesta matéria (Almeida et al., 2000 e 2004). Esta indisponibilidade efectiva para participar é autojustificada por razões que variam entre a “falta de tempo” e o “desinteresse”.

Na opinião dos residentes sobre a sua possível contribuição para resolver os problemas locais domina o “nada-pouco” em relação ao “muito-alguma coisa”, reflectindo assim uma sociedade civil ainda pouco consciente do seu poder de acção e de intervenção a diversos níveis. Muito interessante, e até - podemos dizê-lo no contexto deste projecto - encorajador, foi constatar que os residentes consideram que o problema do lixo é aquele em que mais podem contribuir para melhorar a situação actual do local da sua residência.

Apesar de uma efectiva taxa de participação baixa, as respostas dos inquiridos apontam para um elevado nível (76%) de disponibilidade na resolução de problemas locais. As razões que apresentam para essa disponibilidade são sobretudo a promoção da melhoria da zona onde vivem, na medida em que serão eles próprios a beneficiar da resolução do problema (figura 5). Trata-se de problemas que afectam os residentes de modo tão premente – “estou farto de ver isto assim” – que estimulam a sua vontade para contribuir na sua solução.

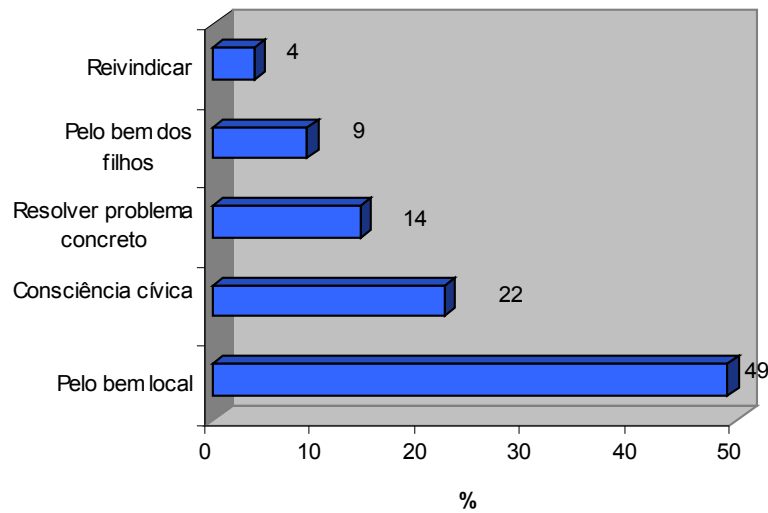


Figura 5 – Razões para participar na resolução dos problemas (N=384)

A análise do conjunto destes dados à luz da satisfação declarada pelos inquiridos com o local de residência tornou-se reveladora das diferenças de cada tipo de local em análise (figura 6).

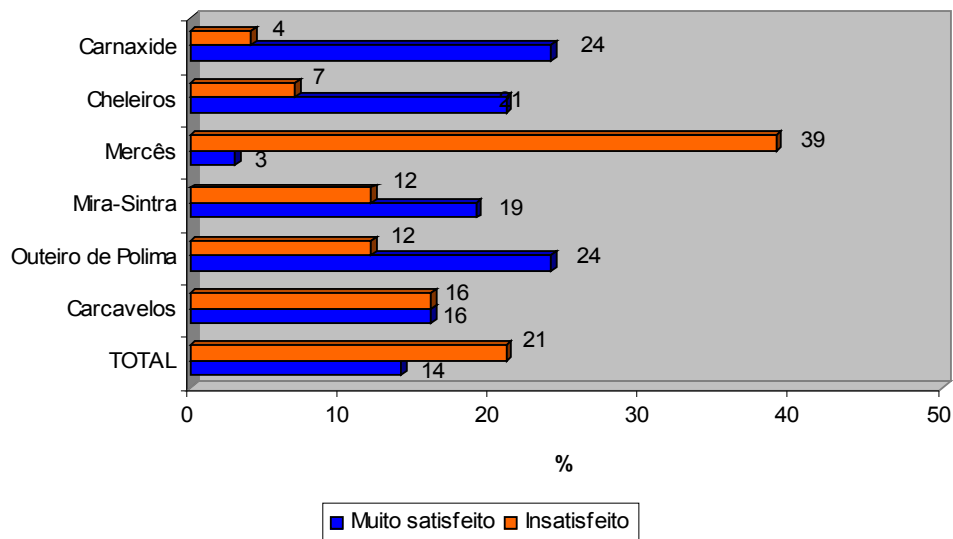


Figura 6 – Grau de satisfação com local de residência por zonas-tipo (N=384)

Assim, Caranaxide (qualificado), Outeiro de Polima (precário), Cheleiros (rural) e Mira-Sintra (desqualificado) surgem como locais que agradam à maioria daqueles que aí vivem, embora essa satisfação possa resultar de factores diferentes consoante o local (beleza da zona, organização da zona, inexistência de infra-estruturas, raízes familiares).



Carcavelos (consolidado) surge sempre como um local que se assemelha em alguns aspectos com os locais em que os inquiridos demonstraram maior grau de satisfação, mas que se depara com alguns problemas resultantes da localização, idade das construções, ordenamento do território – ou seja, Carcavelos, enquanto urbano consolidado surge como um local em que aquilo que se perde em avaliação da zona se ganha depois na vivência que os inquiridos conseguem ter no local.

Mercês emerge como o local onde o grau de satisfação dos inquiridos é claramente desfavorável e que é consequência tanto de uma “*avaliação fraca*” como de uma “*vivência fraca*”.

Na sequência de uma série de perguntas que abordavam a questão residencial, solicitávamos aos inquiridos que nos indicassem espontaneamente três aspectos positivos e três aspectos negativos da zona onde vivem. Obteve-se deste modo uma grande diversidade de factores de valorização e/ou de incómodo do ponto de vista residencial, os quais foram objecto de análise e categorização.

Quanto aos aspectos positivos destaca-se acima de tudo a “*acessibilidade*” a “*bens e serviços*” ou em termos de “*mobilidade*”. Seguem-se um conjunto de factores sociais que incluem a “*boa vizinhança*”, a “*proximidade da família e amigos*”, a existência de um “*espaço público seguro*” e onde se possa “*conviver*” como um factor de conforto residencial de estar integrado na zona onde vive (figura 7).

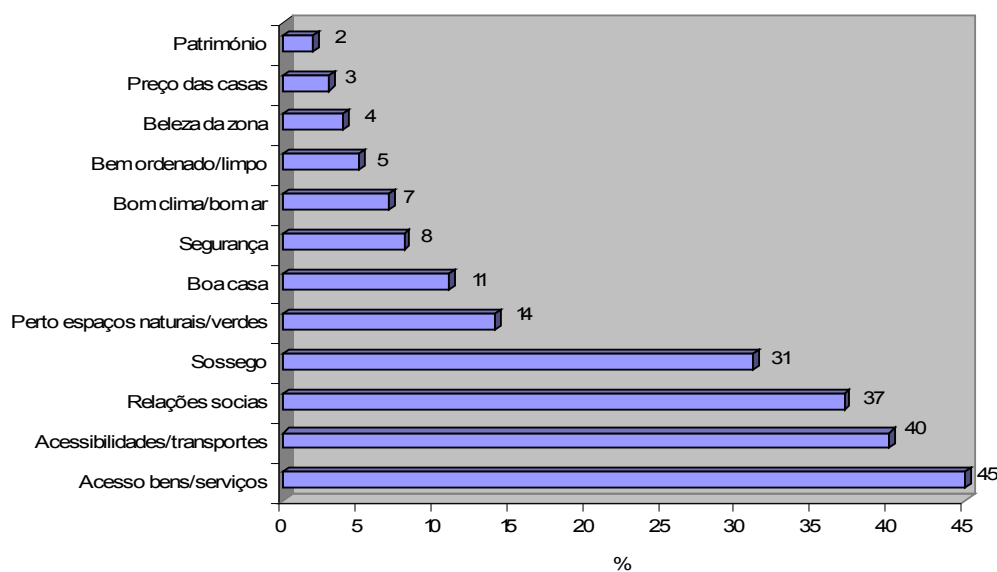


Figura 7 – Aspectos positivos do local de residência (N=384)

Perante o conjunto das respostas podemos encontrar dois grandes níveis distintos de factores com valorização positiva em termos residenciais: um nível de carácter mais pragmático relativo a acessos e à qualidade da própria habitação e outro nível mais vivencial relativo ao ambiente social e às características da envolvente da zona.

As componentes de ordem mais pragmática e funcional são valorizadas sobretudo em espaço mais urbano e denso – Carcavelos (consolidado), Carnaxide (qualificado) e Mercês (novo). Por seu turno do ponto de vista da vivência local destaca-se Outeiro de Polima (precário) e Cheleiros (rural). Mira-Sintra (desqualificado) está numa situação intermédia (quadro 3).



(%)	Total	Carvavelos	Carnaxide	Mercês	Mira-Sintra	Outeiro de Polima	Cheleiros
Acessos e ac.	84,9	124,4	114,9	85,7	66,3	47	24,1
A casa	13,8	5,4	10,8	22,8	6,8	11,8	3,4
Total	98,7	129,8	125,7	108,5	73,1	58,8	27,5
Envolvente	32,2	54	28,6	20,3	46	77,4	30,9
Factores sociais	44,8	29,7	56,9	30	59,5	87,8	72,4
Sossego	30,5	27	36,5	25,5	21,6	52,9	55,2
Total	107,5	110,7	122	75,8	127,1	218,1	158,5

Quadro 3 – Aspectos positivos do local de residência nas zonas-tipo

Quanto aos aspectos negativos das zonas de residência referidos pelos inquiridos encontramos no topo a “falta de estacionamento”. Depois, a “falta de limpeza” e o “excesso de lixo nas ruas”. Segue-se a “falta de espaços verdes” e a “falta de segurança” na zona assinalada. Dentro dos aspectos mais assinalados realçamos ainda questões que se traduzem em “desorganização urbana” (figura 8).

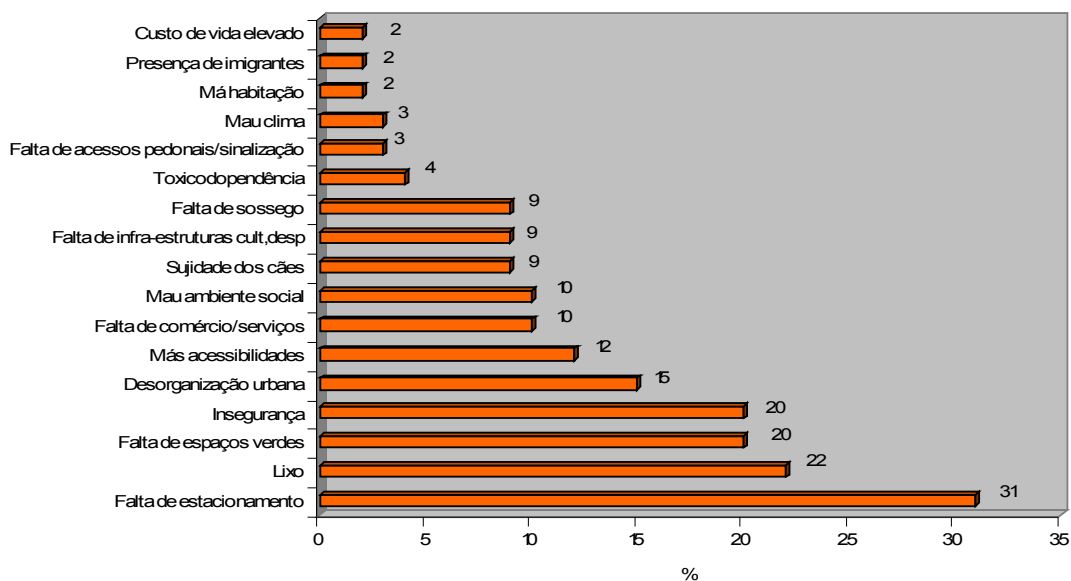


Figura 8 – Aspectos negativos do local de residência (N=384)

Para a análise dos aspectos negativos agrupámos as respostas em três grandes grupos: “o que faz falta”, “o que está mal” e “o que está a mais”.

Do ponto de vista de “o que faz falta”, verificamos que é nas Mercês (novo) e em Carnaxide (qualificado) que os seus residentes mais se manifestam a este propósito. O “estacionamento” é um aspecto com bastante peso em ambiente urbano e suburbano – seja consolidado, qualificado ou novo - sendo referido por quase metade dos inquiridos nas Mercês (quadro 4).



Nas Mercês (novo) as outras faltas mais assinaladas são a “*falta de segurança*” - só ultrapassada por Carcavelos - e a “*falta de espaços verdes*”. De facto, em Carcavelos, o principal problema parece ser a “*falta de segurança*”, o que se relaciona com o problema da “*toxicodependência*” sentida pelos habitantes deste local.

Em Carnaxide (qualificado) as pessoas queixam-se sobretudo da “*falta de estacionamento*” crónica num espaço de elevada densidade populacional e da “*falta de sossego*” devido ao movimento de carros e da proximidade do hospital.

O que faz falta (%)	Total	Carcavelos	Carnaxide	Mercês	Mira-Sintra	Outeiro de Polima	Cheleiros
Falta de sossego	9,1	10,8	24,3	5,9	1,4	11,6	3,4
Falta de comércio e serviços	10,4	2,7	16,2	8,5	8,1	11,8	20,7
Falta de acessos pedonais e sinalização	3,4		1,4	3,3		11,8	17,2
Falta de espaços verdes	19,8	13,5	24,3	28,8	6,8	17,6	3,4
Falta de estacionamento	30,7	32,4	41,9	47,1	4,1		
Falta de infraestruturas cult, desp, convívio	9,1	8,1	8,1	10,5	6,8	17,6	6,9
Falta de segurança	19,5	35,4	14,9	28,8	8,1	11,8	
Total	102	102,9	131,1	132,9	35,3	82,2	51,6

Quadro 4 – Aspectos negativos do local de residência nas zonas-tipo – “*o que faz falta*”

Tendo em conta “*o que está mal*”, verifica-se que em Carcavelos (consolidado) é onde os aspectos negativos menos surgem nesta categoria (destacando-se apenas os problemas que decorrem da antiguidade das casas) (quadro 5).

As Mercês (novo) encontra-se no pólo oposto – 41% dos inquiridos assinala aspectos da zona que estão mal. Neste local são as acessibilidades o maior alvo de crítica – não só ao nível dos transportes públicos insuficientes, mas sobretudo ao nível do trânsito para Lisboa, surgindo no discurso dos inquiridos o trânsito do IC19. Neste local o mau ambiente social também é referido, por ser uma zona de grande diversidade social (o que faz emergir alguma tensão social ao nível dos comportamentos) e ao mesmo tempo de fechamento e alheamento por grande parte dos seus habitantes viver o local apenas como dormitório.

O que está mal (%)	Total	Carcavelos	Carnaxide	Mercês	Mira-Sintra	Outeiro de Polima	Cheleiros
Mau clima	2,6		1,4	3,9	4,1		
Má habitação	2,3	5,4	1,4	2,6	2,7		
Mau ambiente social	10,2		1,4	13,7	16,2	17,6	6,9
Más acessibilidades	11,7		9,5	19,6	5,4	11,8	6,9
Custo de vida elevado	1,6	2,7	4,1	1,3			
Total	28,4	8,1	17,8	41,1	28,4	29,4	13,8

Quadro 5 – Aspectos negativos do local de residência nas zonas-tipo – “*o que está mal*”

Por fim, “*o que está a mais*” é sobretudo o “*lixo*” – há lixo a mais nas ruas e fora dos contentores - não há a limpeza nem a higiene pública que se considera desejável. A esta questão de limpeza pública acrescenta-se a “*sujidade dos cães*”. Várias dimensões de “*desorganização*” urbana são também referidas pelos inquiridos (quadro 6).

Ao analisarmos os diferentes locais na perspectiva de “*o que está a mais*”, constatamos que é sobretudo em Carcavelos (consolidado) que mais habitantes assinalam aspectos negativos deste teor. Onde o diferencial é maior é no caso da “*toxicodependência*” devido à proximidade do Bairro das Marianas, conhecido por ser um local de tráfego de droga. A estação de Carcavelos, integrada na zona de observação do nosso estudo, é um espaço de passagem, de chegada e de partida de consumidores de droga que vão até ao Bairro.



Também a questão do “lixo e da limpeza das ruas” é fortemente referido neste local, sendo apenas ultrapassado pelas Mercês (novo). Os residentes das Mercês são aqueles que mais apontam o “lixo nas ruas e fora dos contentores” e a questão da “sujidade dos cães”. Esta ausência de higiene pública é tão incómoda e premente que a categoria “desorganização urbana” neste caso não tem um peso de destaque. Pelo contrário, em Carnaxide (qualificado) é a “desorganização urbana” que congrega um quarto dos inquiridos, que se queixam muito de obras permanentes. Em termos de higiene pública proporcionalmente incomoda-os mais a “sujidade dos cães” do que o “lixo” que não parece ser um problema na sua zona.

O que está a mais (%)	Total	Carcavelos	Carnaxide	Mercês	Mira-Sintra	Outeiro de Polima	Cheleiros
Desorganização urbana	14,6	16,2	25,7	10,5	17,6	5,9	3,4
Lixo	22,1	32,4	13,5	34	8,1	17,6	6,9
Sujidade de cães	9,1	8,1	10,8	11,8	6,8	5,9	
Toxicodependência	4,2	29,7		1,3	4,1		
Presença de imigrantes	2,3			4,6	2,7		
Total	52,3	86,4	50	62,2	39,3	29,4	10,3

Quadro 6 – Aspectos negativos do local de residência nas zonas-tipo

Mira-Sintra (desqualificado), para além da “desorganização urbana”, é um dos dois locais onde a presença dos “imigrantes” é vista de forma mais negativa. O outro local onde a presença dos “imigrantes” é referida como algo que incomoda é nas Mercês (novo), associando esta presença tanto à “falta de segurança”, como ao “excesso de barulho”. Em Cheleiros (rural) e Outeiro de Polima (precário) quase nada está “a mais”.

O quadro 7 apresenta os principais aspectos negativos assinalados em cada uma das zonas, dando conta dos diversos cenários em cada um dos tipos sócio-económicos em estudo. Simultaneamente, faz notar a presença de “lixo” indesejável em quase todo o lado, excepto no rural e no qualificado. A “falta de limpeza” do espaço público – “lixo” – foi considerado o segundo aspecto mais negativo em duas zonas piloto: Mercês (novo) e Carcavelos (consolidado).

Carcavelos	Carnaxide	Mercês	Mira-Sintra	Outeiro de Polima	Cheleiros
Estacionamento	Estacionamento	Estacionamento	Desorganização urbana	Infra-estruturas desp.cult, convívio	Comércio e serviços
Lixo	Desorganização urbana	Lixo	Ambiente social	Ambiente social	Acessos pedonais e sinalização
Insegurança	Espaços verdes	Espaços verdes	Comércio e serviços	Espaços verdes	Infra-estruturas desp.cult, convívio
Toxicodependência	Falta de sossego	Insegurança	Insegurança	Lixo	Acessibilidades
Desorganização urbana	Falta de comércio e serviços	Ambiente social	Lixo	Sossego	Ambiente social

Quadro 7 – Principais aspectos negativos do local de residência nas zonas-tipo

Na sequência da análise de dados de uma monitorização específica dos ecopontos das zonas observadas, permitiu-nos ter alguns indicadores sobre a taxa separação de cada local tendo em conta o número da população residente, ao longo de um período de tempo (antes, durante e depois do trabalho da equipa).

Veio a verificar-se, com efeito, que em situações onde os problemas da sujidade e desleixo são muito sentidos, a tendência é para uma mais fraca taxa de separação.



A insatisfação residencial provocada pelos problemas de desordenamento e desprezo do espaço público, revela-se, assim, pouco propícia ao exercício da separação. O caso exemplar (no mau sentido) das Mercês revela como a existência de lixo nas ruas gera pouca separação.

Em contrapartida, o bem-estar residencial depende do exercício das funções residenciais (serviços, estacionamento e rede de parentesco) e da disponibilização de espaço público “familiar” (rua, praça, comércio, espaços verdes), contribui para uma maior predisposição para separar.

3.2. Ecopontos: equipamento colectivo em espaço público

A “falta de vontade” de separar RSU, bem como a “desconfiança” e “desconhecimento” relativamente ao sistema e responsáveis pela recolha e tratamento dos RSU, são algumas das razões apontadas pelos inquiridos para não separar os lixos. No entanto, é visível que os principais motivos estão relacionados com “infra-estruturas / equipamentos”, sobretudo o facto do EP estar muito distante ou nem existir (figuras 9 e 10).

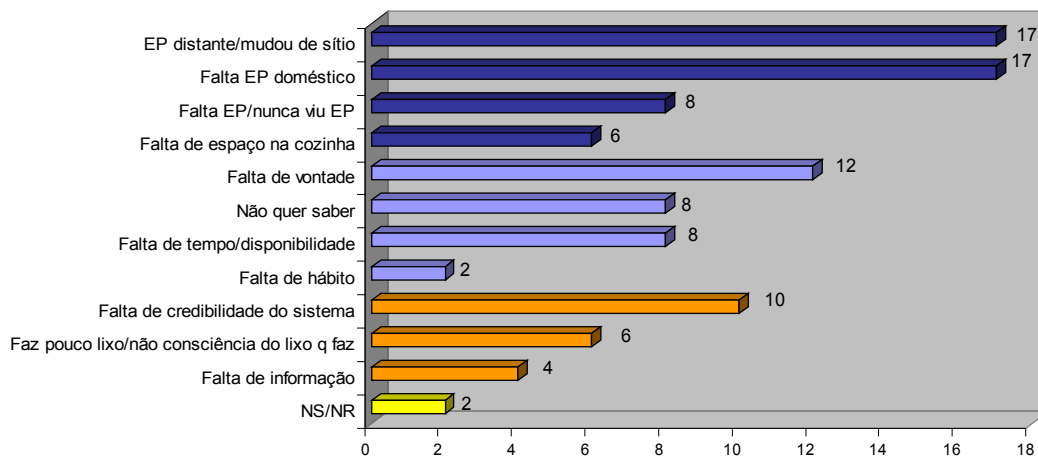


Figura 9 – Razões para não separar o lixo (%) (N=384)

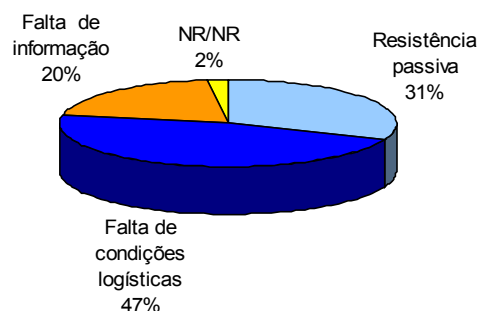


Figura 10 – Razões para não separar o lixo (N=384)



Um sistema de EP visível e acessível é um passo eficaz para despoletar a separação de RSU. Aliás, a maioria dos inquiridos que já separa afirma que o começou a fazer quando os EP são colocados perto de casa - o “meio” faz a separação. Neste contexto social podemos afirmar que mais EP significa mais separação e que o investimento na instalação de uma vasta rede de EP com a melhor distribuição possível - por exemplo, tendo em conta que a proximidade do contentor para o indiferenciado - cria uma economia de escala bastante favorável à adesão a este novo comportamento em relação aos lixos produzidos em casa.

Mas se a falta de condições logísticas é uma causa forte de não adesão à separação dos RSU por parte dos inquiridos, a esta, juntam-se outras questões relacionadas directamente com os EP já existentes: o estado de limpeza e a eficácia da recolha dos EP.

No conjunto da amostra, cerca de dois terços dos inquiridos avaliam de forma positiva o estado do EP mais próximo de sua casa, enquanto cerca de um terço considera que o EP está “sujo”, ou com “lixo em redor” ou mesmo “degradado/vandalizado”.

Se tivermos em conta os diferentes locais destaca-se as Mercês (novo) como o local onde o EP é avaliado de forma mais negativa do que positiva: mais de 1/3 dos entrevistados na zona-alvo das Mercês considera que o estado dos EP é de grande “sujidade” e cerca de 1/3 considera que existe “lixo em redor” dos EP. Em nítido contraste, nas zonas-alvo de Cheleiros (rural) e de Mira-Sintra (desqualificado), o estado dos EP é considerado “bom” e “limpo” por todos os inquiridos. São os únicos locais onde ninguém assinala que o EP costuma ter “lixo em redor” (figura 11).

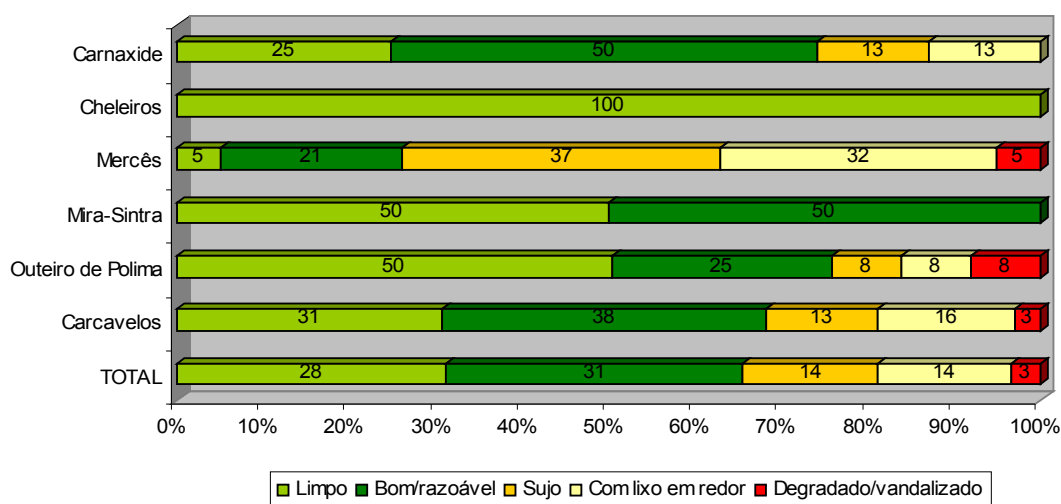


Figura 11 – O que acha do estado do EP (%)

Como se constata, esta apreciação do estado dos EP por parte dos residentes dos diferentes locais está articulada com o conjunto de indicadores sobre questões de residencialidade do ponto anterior. Os EP são como que um espelho da dinâmica social no espaço público de cada zona.

O Quadro 8, apresentado de seguida, sintetiza os pontos fortes e os pontos fracos dos EP, segundo as características consideradas relevantes para a motivação de separar ou não separar RSU. Do discurso dos entrevistados uma das dimensões mais focada por quem separa é a “lixreira” que se vai formando em volta dos EP e que desmotiva a separação. Não só porque em certas ocasiões o monte de lixo é tão grande que dificulta o acesso às aberturas do EP, como pela sujidade e mau cheiro que incomoda e até agride a sensibilidade de quem teve o cuidado de separar o lixo em casa e se vê confrontado com uma imagem “desmotivadora”.



Características	Pontos Fortes EP	Pontos Fracos EP
Localização e visibilidade	Visíveis, bem iluminados Boa visibilidade = consciencialização da sua existência	Pouco visível, mal iluminado Desenquadramento no espaço público
	Colocação em recortes de passeio ou praças	Colocação em estradas, curvas, em terreno de terra batida, em declives acentuados
	Espaço amplo que facilite a deposição	Espaço limitativo da deposição
Higiene, Manutenção e Recolha	EP c/ espaços envolventes limpos favorecem a separação Recolha frequente	EP c/ espaços envolventes sujos e mau cheiro – desacreditam o processo e desincentiva a separação Pouca frequência de recolha
Estética	Harmonia com o mobiliário urbano	Desadequado ao espaço envolvente (Ex.: demasiado grande)
Acessibilidade e aberturas	Facilidade de estacionamento EP localizado em locais de passagem	Dificuldade no estacionamento EP localizado em locais de difícil acesso
	Acesso facilitado às aberturas	Dificuldade em aceder às aberturas: - acumulação de lixo - acumulação de monstros - estacionamento indevido
	Número elevado de EP	Número reduzido de EP
	Aberturas grandes – menor acumulação de lixo em redor dos EP	Aberturas pequenas – promovem a acumulação de lixo em redor dos EP
Informação	Informação coerente com a presente noutros EP e a disponibilizada através de outros meios	Informação contraditória com a presente noutros EP e a disponibilizada (até nas próprias embalagens)
	Designações claras	Designações ambíguas

Quadro 8 – Pontes fortes e fracos dos EP

Tanto para os inquiridos que já separam o lixo, como para aqueles que não separam, a imagem dominante de EP “ideal” é expressa da seguinte forma:

- Quanto à sua estética: *“bonito”, “jeitoso”, “resguardado”, “limpo”, “subterrâneo”, “ocupa menos espaço”, “menos espalhado”, “escondido”, “ficam bem na rua”*
- Quanto à sua funcionalidade: *“prático”, “não preciso de me esticar”, “mais organizado”*.

Estas características do “EP ideal” assumem uma forma concreta, na escolha preferencial por parte dos inquiridos perante vários modelos de EP, pelo EP em aço inox, com aspecto “clean” que se apresenta na foto seguinte.



Trata-se de um EP alheio ao lixo, uma vez que não “revela” que o lixo está lá dentro. Ao longo da pesquisa é notório que a pior imagem que se pode associar a um EP é haver lixo deposto à sua volta. Os EP devem ser lugares de exclusão de lixo e com um enquadramento próximo sempre limpo (figura 12).



Figura 12 – Um Eco-ponto Ideal

4. Conclusões

O problema dos RSU envolve múltiplas dimensões que se inter-influenciam, que vão desde a mudança de comportamentos a um nível individual e familiar à qualificação do espaço público.

No âmbito dos dados apresentados, o estado de limpeza do espaço público e em que se encontra o próprio EP é um aspecto crucial que se repercute no próprio comportamento das pessoas em relação à separação de RSU.

É importante que os lugares de deposição como o EP não sejam sítios repulsivos que impeçam por isso mesmo que a deposição se faça convenientemente. Da mesma forma, quando a sujidade e desprezo são muito sentidos ao nível do espaço público que envolve a zona de residência, a tendência é para uma mais fraca taxa de separação.

É como se o EP e a sua envolvente fossem um microcosmos de espaço público que o reflecte e potencia nos seus aspectos positivos ou negativos. Assim, qualquer política de recolha selectiva do lixo que se pretenda implementar se investir na qualidade do espaço público está a contribuir para estimular e melhorar a separação e a limpeza em geral.

Para além desta dimensão de espaço público, as funções residenciais de vivência e convivência são vitais para se construir um espaço público de qualidade onde também haja espaço para ser possível mobilizar e envolver as populações. Só locais que permitem que as populações estabeleçam com eles uma relação residencial e de pertença serão favoráveis à separação ou a qualquer outro tipo de envolvimento e de participação pública.

O espaço público revela-se, assim, fundamental no contexto da mudança de comportamentos no âmbito dos RSU, merecendo um aprofundamento sociológico.



5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira (org.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

ALMEIDA, João Ferreira (org.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

CRÈDOC (2002), *Les Déchets Ménagers, entre privé et public: approches sociologiques*, Dossiers Sciences Humaines et Sociales, Paris, Harmattan.

PEREIRA, A., VAZ, S.G e TOGETTI, S. (ed.), (2006), *Interfaces between Science and Society*, Sheffield, Greenleaf Publishing.

SCHMIDT, Luísa e ÁLVARO, Martins (coord.) (2006a), *Relatório Fase 3 - Separa®1 - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos – Inquérito de intervenção e focus group HORECA*, Lisboa, ICS-UL e CEEETA.

SCHMIDT, Luísa e ÁLVARO, Martins (coord.) (2006b), *Relatório final – Separa®1 - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos*, Lisboa, ICS-UL e CEEETA.

- ⁱ Equipa coordenada por Luisa Schmidt e Álvaro Martins, constituída por Susana Valente, Carlos Laia, Francisco Lima, Miguel Tecedeiro, Alexandra Baixinho, Inês Carneiro e Vanessa Pereira.
- ⁱⁱ Empresa Inter-Municipal que assegura a gestão e exploração dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (AMTRES).